



RELAÇÕES EXTERIORES

A uma semana de entrar em vigor a sobretaxa anunciada pelos Estados Unidos a produtos brasileiros, Planalto intensifica negociações diplomáticas e endurece o discurso contra o senador Flávio Bolsonaro após audiência no USTR

Governo corre para evitar tarifação dos EUA

» RAFAELA GONÇALVES
» VANILSON OLIVEIRA

Com prazo até o próximo dia 15 para tentar evitar o aumento de 25% das tarifas dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva intensificou as negociações com autoridades norte-americanas e o diálogo com o setor produtivo. A estratégia é concentrar esforços nas tratativas diplomáticas para impedir a entrada em vigor da sobretaxa. Ontem, em Washington, houve uma audiência pública, promovida pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), para tratar da taxação e, apesar de o governo brasileiro não ter enviado nenhum representante, várias empresas multinacionais se manifestaram contra a elevação das tarifas.

Apesar do acirramento político, ante as eleições deste ano, integrantes do governo afirmam que o foco permanece nas negociações conduzidas com autoridades norte-americanas. A avaliação no Executivo é de que o diálogo técnico deve prevalecer até a conclusão do processo, considerado decisivo para evitar prejuízos às exportações brasileiras e aos setores produtivos.

Segundo o Planalto, as tratativas vêm sendo conduzidas por meio de reuniões, telefonemas e encontros, sempre com o objetivo de demonstrar que as medidas adotadas pela gestão Donald Trump não possuem fundamento.

O USTR recomendou, em relatório preliminar divulgado em 1º de junho, a aplicação de uma sobretaxa de 25% sobre produtos importados do Brasil, com exceção de grande parte dos itens agropecuários.

Para a audiência de ontem, o governo não enviou nenhum representante por avaliar que o encontro é direcionado aos setores privado e civil.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, afirmou que a orientação do presidente Lula é manter o Brasil na mesa de negociações até a conclusão do processo. “Que nada nos retira desse campo

Tomaz Silva/Agência Brasil



O ministro Elias Rosa: “Prefiro falar apenas aquilo que, de fato, está ocorrendo, que é essa representação importante para a negociação”

de multilateralismo e do campo democrático. Com muito respeito ao que outros reivindicam, mas sem jamais substanciar os interesses do Brasil. É isso que o presidente Lula nos pede todo dia”, afirmou.

Prazo curto

Márcio Elias Rosa evitou comentar a participação, ontem, do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na audiência pública promovida pelo USTR — o parlamentar disse ter defendido o Brasil na sessão (**leia reportagem abaixo**).

“Eu prefiro falar apenas aquilo que, de fato, está ocorrendo, que é essa representação importante para a negociação”, afirmou. “O prazo é curto, nós devemos focar naquilo que pode dar resultado positivo para o Brasil.”

Após repercussão nas redes sociais, com opositores de Lula

questionando por que nenhum representante do governo foi à audiência, o Palácio do Planalto reagiu. Por nota, declarou que repudia a participação do senador no evento. “Ao todo, 78 entidades e pessoas físicas se inscreveram para se manifestar sobre o tarifação. Desse total (somando brasileiros e estadunidenses), 63 são contra o tarifação e 15 são a favor. Das 44 intervenções de estadunidenses, 30 são contra o tarifação e 14 a favor. Entre os 34 brasileiros inscritos, só Flávio Bolsonaro não se posicionou contrário às medidas contra o Brasil, optando por sugerir o seu adiamento, com claro objetivo eleitoreiro”, enfatizou o comunicado.

O documento disse ainda que Flávio não rebateu as alegações do governo americano, além de não negar a participação da família, fazendo referencia ao deputado casado Eduardo Bolsonaro, que foi o

primeiro membro do clã a pedir intervenções contra o Brasil.

“Em vez de rebater as alegações infundadas do governo norte-americano para taxar o Brasil, o senador optou por legitimar os resultados de uma investigação injusta contra empresários e trabalhadores do nosso país”, destacou. E acrescentou que Flávio “não negou que a campanha promovida por sua família e seus aliados esteve na origem do tarifação contra o Brasil”. “Tampouco aproveitou a audiência de hoje (ontem) para reconhecer que errou ao contrariar os interesses do povo brasileiro”, frisou a nota.

O Planalto afirmou, ainda, que o senador omitiu o envolvimento do clã Bolsonaro no caso envolvendo o Banco Master. “Também esqueceu de mencionar seus próprios vínculos com Daniel Vrcaro, para quem pediu mais de 130 milhões de reais para, segundo ele alega, produzir um

filme sobre o seu pai”, citando ainda o rombo bilionário do INSS como de responsabilidade do governo do PL. “Ao contrário do que o senador Flávio Bolsonaro e sua família defenderam ao longo do último ano, ele agora tenta mudar o discurso e passar a imagem de que defende o Pix. Mesmo assim, propõe subordinar o Pix aos interesses norte-americanos.”

Por fim, o documento reafirmou que o governo brasileiro negocia ininterruptamente para reverter as tarifas aplicadas injustificadamente contra o Brasil. “Esta manhã, enquanto o senador Flávio Bolsonaro tentava politizar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, funcionários do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; do Itamaraty; do Ministério da Justiça; e do Palácio do Planalto mantinham reunião com técnicos do USTR para desfazer o tarifação contra o Brasil”, finalizou.



Enquanto o senador Flávio Bolsonaro tentava politizar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, funcionários do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; do Itamaraty; do Ministério da Justiça; e do Palácio do Planalto mantinham reunião com técnicos do USTR para desfazer o tarifação contra o Brasil”

Trecho da nota do Planalto

“Tariflávio”

Já o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, afirmou que Flávio praticava uma “diplomacia clandestina” voltada a interesses eleitorais. “O senador foi ao Congresso dos EUA pedir para adiar as tarifas e o ataque ao Pix para depois das eleições. Não foi defender o Brasil, foi defender seus interesses eleitorais. É a versão ‘Tariflávio à prestação!’, escreveu o ministro no X.

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) também comentou. “Ele não foi defender o Brasil, mas apenas tentar apagar as próprias digitais. No passado, comemorou o tarifação contra o país e agradeceu a Trump. Agora só pede adiamento: diz que ‘agora’ é o pior momento. Depois da eleição, pelo visto, o Brasil que se vire”, publicou o parlamentar nas redes sociais.

Flávio: “Fizemos a defesa do Brasil”

» ARMANDO HOLANDA
» ROSANA HESSEL

Apesar das tentativas de autoridades brasileiras e de empresários e entidades junto ao Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), o novo tarifação sobre produtos brasileiros, marcado para entrar em vigor a partir do próximo dia 15, será inevitável. Essa é a percepção de especialistas, ouvidos pelo **Correio**, que participaram dos dois dias de audiência do órgão de comércio norte-americano em Washington.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) esteve em Washington, ontem, para participar da audiência. Membros da pré-campanha dele à Presidência avaliam que a investigação comercial conduzida pelos EUA contra o Brasil pode se transformar em um ativo político para o parlamentar, independentemente do desfecho. A leitura do grupo é que, caso o presidente norte-americano, Donald Trump, decida impor tarifas aos produtos brasileiros, os impactos econômicos tendem a ser atribuídos ao

governo Lula. Se, por outro lado, as sanções não forem implementadas, a campanha pretende explorar politicamente a atuação de Flávio nas negociações, atribuindo ao senador parte do mérito pelo resultado.

A estratégia ganhou novo capítulo ontem, quando Flávio participou do segundo dia de audiência pública promovida pelo USTR em Washington, com representantes de mais de 300 empresas brasileiras e norte-americanas e entidades de vários setores exportadores dos dois países. A sessão integra a fase de consulta pública da investigação aberta pelo governo norte-americano sobre práticas comerciais brasileiras e antecede um parecer técnico que subsidiará eventual decisão da Casa Branca sobre a adoção de novas tarifas.

Após a audiência, Flávio declarou ter feito uma “defesa do Brasil” diante das autoridades norte-americanas e aproveitou para direcionar críticas ao governo Lula. “Acabamos de fazer aqui a defesa do Brasil contra as tarifas e contra o Lula também. Fizemos aqui uma defesa técnica, mas também política”, afirmou.

Divulgação



O senador do PL durante a audiência do USTR, em Washington

Durante sua participação, o senador pediu que os Estados Unidos desistam da adoção de sobretaxas sobre produtos brasileiros e mantinham o Pix fora do escopo das medidas em análise.

Ele solicitou aos membros da Comissão que “não imponham tarifas ao Brasil, preservem o sucesso do Pix e cancelem essa medida, para que possamos negociar”.

O pré-candidato ainda sustentou que o cenário político brasileiro poderá mudar significativamente nos próximos três meses e, por isso, pediu cautela ao governo

norte-americano antes da adoção de medidas de difícil reversão.

A medida dos Estados Unidos foi contestada pelo governo brasileiro, mas, na avaliação do especialista em relações internacionais Wagner Parente, CEO da BMJ Consultores Associados, que participou da audiência em Washington, não há como evitar o início do novo tarifação.

“Mesmo com a participação de Flávio Bolsonaro, não mudou o clima técnico desta vez na audiência. Não há dúvidas de que haverá sobretaxa”, afirmou Parente, ao **Correio**.

Gestão Trump reage

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governo dos Estados Unidos classificou de “absurda” a declaração do Itamaraty de que há risco de ação militar americana contra o Brasil, após a classificação das facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como grupos terroristas internacionais.

“Esse comentário é um absurdo. Os Estados Unidos estão adotando medidas decisivas, com base em suas próprias prerrogativas soberanas, para combater narcoterroristas”, enfatizou o Departamento de Estado norte-americano, em comunicado enviado ao portal G1.

O posicionamento é uma reação ao documento enviado pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, à Câmara dos Deputados, no qual afirma haver risco ao país de uma intervenção no Brasil. O titular da pasta respondeu a um questionamento feito pelo deputado Evair de Melo (Republicanos-ES) sobre eventuais consequências da classificação, feita pelos EUA, das facções brasileiras como terroristas.

Segundo o Departamento de Estado dos EUA, a designação serve para defender a população norte-americana das ações desses grupos. “Essas facções brasileiras agora operam nos Estados Unidos, e defenderemos nosso povo delas. Alegações vagas de intervenção costumam servir de pretexto para ajudar e favorecer alguns dos grupos mais violentos do mundo”, rebateu.

Em junho, os Estados Unidos classificaram PCC e CV como grupos terroristas internacionais. O Itamaraty, além de pontuar tal ação como possível pretexto para invasão militar, argumenta que interpretação de que o Brasil abrigaria grupos terroristas pode gerar sanções econômicas ao país.

“A designação pode servir para que autoridades estadunidenses apliquem medidas administrativas e judiciais de caráter unilateral e extraterritorial contra pessoas, empresas ou organizações brasileiras, inclusive contra aquelas sem vínculos diretos com os EUA ou cuja ligação com os grupos designados seja indireta ou meramente involuntária”, explicou Vieira no documento enviado à Câmara.